

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2025

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

## Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

### Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMOSNTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS	
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	9
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	10
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	14
6 PARTES RELACIONADAS .....	14
7 INVESTIMENTOS.....	15
8 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES .....	17
9 PASSIVO A DESCOBERTO.....	17
10 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	18
11 RESULTADO FINANCEIRO.....	18
12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	18

Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13	-
Aplicações financeiras	5	124	438
Imposto de contribuições a recuperar		21	21
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		40	167
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>198</b>	<b>626</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>198</b>	<b>626</b>

Passivo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		41	-
Impostos e contribuições a recolher		-	1
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>41</b>	<b>1</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para perda em investimento	7	352.176	338.887
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>352.176</b>	<b>338.887</b>
<b>Passivo a descoberto</b>			
Capital social	9.1	655.909	130.115
Reserva de capital	9.2	(81.563)	1.475
Prejuízos acumulados	9.3	(926.365)	(469.852)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(352.019)</b>	<b>(338.262)</b>
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>		<b>198</b>	<b>626</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Notas	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	10	(535)	(780)
Resultado da Equivalência patrimonial	7.1	(456.045)	(161.537)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(456.580)</b>	<b>(162.317)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>(456.580)</b>	<b>(162.317)</b>
Receitas financeiras	11	69	38
Despesas financeiras	11	(2)	-
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>67</b>	<b>38</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(456.513)</b>	<b>(162.279)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8.1	-	24
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>-</b>	<b>24</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(456.513)</b>	<b>(162.255)</b>
Prejuízo líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		(0,00294)	(0,00104)
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		155.540.473	155.540.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(456.513)	(162.255)
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>(456.513)</b>	<b>(162.255)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		81.100	1.296	(307.597)	(225.201)
Prejuízo do exercício		-	-	(162.255)	(162.255)
Aumento de capital		49.015	-	-	49.015
Valor justo das opções de compra ( <i>Vesting period</i> )		-	179	-	179
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		130.115	1.475	(469.852)	(338.262)
Prejuízo do exercício		-	-	(456.513)	(456.513)
Aumento de capital	9.1	<b>525.794</b>	-	-	<b>525.794</b>
Mudança Participação Relativa em Controladas		-	(83.038)	-	(83.038)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>655.909</b>	<b>(81.563)</b>	<b>(926.365)</b>	<b>(352.019)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

## Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do exercício	(456.513)	(162.255)
<b>Ajustes para:</b>		
Resultado da equivalência patrimonial	456.045	161.537
Rendimentos de aplicações financeiras	(72)	(40)
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	-	(24)
<b>Subtotal</b>	<b>(540)</b>	<b>(782)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:</b>		
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	127	(1)
Fornecedores	41	(6)
Impostos e contribuições a recolher	(1)	1
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	-	10
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(373)</b>	<b>(778)</b>
Aplicações financeiras	72	40
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(301)</b>	<b>(741)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aumento de capital em investidas	(525.794)	(48.265)
Resgate (aplicação) financeiras	314	(11)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(525.480)</b>	<b>(48.276)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	525.794	49.015
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>525.794</b>	<b>49015</b>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13</b>	<b>(2)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13	-
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13</b>	<b>(2)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1 Contexto operacional

A Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Participações III") é uma *holding*, constituída em 21 de julho de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e/ou empreendimento. A Equatorial S.A. é controladora da Equatorial Participações III.

### 1.1 Entidade controlada

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	2025	2024
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. - CSA	(a)	92.06%	80%

- (a) Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. ("CSA"): sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Macapá, no Estado do Amapá, constituída em 21 de dezembro de 2021. A CSA esteve em fase de operação assistida até 12 de julho de 2022 e iniciou suas atividades operacionais em 13 de julho de 2022, com objeto único e exclusivo de exploração os serviços de captação, tratamento, distribuição e abastecimento de água, incluindo as atividades, infraestruturas e instalações necessárias: (i) ao abastecimento público de água, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de mediação; (ii) ao esgotamento sanitário e gestão de redes de esgoto, incluindo as atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; e (iii) às atividades acessórias ou associadas, tudo em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado no âmbito do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2021 (Edital), para Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Amapá, atendendo em 31 de dezembro de 2025, 96.415(\*) consumidores em conformidade com as condições e especificações do Contrato de Concessão, celebrado entre Poder Concedente e a Companhia.

(\*) Referente ao total de consumidores. Informação não auditada.

A Concessionária de Saneamento do Amapá ("CSA") foi mencionada nas notas explicativas a seguir apenas como "Controlada".

### 1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032. A reforma substitui os tributos PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes especificados ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação da demonstração contábil. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

### 2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisado de forma contínua pela administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Equivalência patrimonial	nº 3.1 e 6	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.
Instrumentos financeiros	nº 3.3 e 11	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

### 3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

#### 3.1 Base de consolidação

##### 3.1.1 Investimentos em entidades controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

##### 3.1.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

#### 3.2 Instrumentos financeiros

##### 3.2.1 Ativos financeiros

###### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao

VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis

### (b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas avaliam o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

### (c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### (d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR      Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado      Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.

	A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### 3.2.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

### 3.2.3 Desreconhecimento

#### (a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### (b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.2.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.3 Capital social

#### 3.3.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com o CPC 39 – Instrumentos financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

### 3.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

#### 3.4.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

#### 3.4.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade  Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	
IFRS 19: (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.	01/01/2026

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	13	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>-</b>

### 5 Aplicações financeiras

	2025	2024
Circulante		
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de investimento	124	438
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>438</b>

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeira da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 102,62% do CDI (98,44% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

### 6 Partes relacionadas

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui remuneração nas categorias de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7 Investimentos

As principais informações sobre a provisão para perda em investimento na controlada estão conforme a seguir demonstrada:

	Participação em 2025*	2025	2024
<b>Avaliados por equivalência patrimonial:</b>			
Companhia de Saneamento do Amapá SPE S.A. (CSA) (a)	97.24%	<b>(352.176)</b>	(338.887)
<b>Provisão para perda em investimentos</b>		<b>(352.176)</b>	<b>(338.887)</b>

- (a) Representado pelo investimento na CSA, que apresenta passivo a descoberto. A Companhia apresentou valor recuperável de R\$ 946.946, e foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de 32 anos, referente ao prazo remanescente da concessão. Como resultado dessa análise, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável no montante de R\$ 308.806, registrado em outras despesas operacionais, sendo R\$ 5.235 com impacto no imobilizado, R\$ 300.515 com impacto no intangível e 3.056 com impacto no ativo de direito de uso, em 31 de dezembro de 2025 (não houve provisão registrada em 31 de dezembro de 2024).

\*Houve alteração no percentual de participação societária ao longo do exercício.

#### 7.1 Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	2024	Aumento de capital (a)	Reorganiz ação societária	Resultado da equivalência patrimonial	2025
CSA	(338.887)	<b>525.794</b>	<b>(83.038)</b>	<b>(456.044)</b>	<b>352.177</b>
<b>Total de provisão para perda em investimentos</b>	<b>(338.887)</b>	<b>525.794</b>	<b>(83.038)</b>	<b>(456.044)</b>	<b>352.177</b>

Controlada	2023	Aumento de capital (a)	Resultado da equivalência patrimonial	Stock Options	2024
CSA	(225.794)	48.265	(161.537)	179	(338.887)
<b>Total de provisão para perda em investimentos</b>	<b>(225.794)</b>	<b>48.265</b>	<b>(161.537)</b>	<b>179</b>	<b>(338.887)</b>

- (a) Ver nota explicativa nº 9 – Passivo a descoberto.

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7.2 Informações da controlada

A Companhia apresenta abaixo a posição de sua controlada.

Saldos em 2025	Participação societária	Balanco patrimonial 2025					Resultado em 2025				
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Resultado Líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo						
CSA	97,24%	85.099	49.833	952.960	1.350.697	(362.471)	206.367	57.964	(369.237)	(174.787)	(486.060)
Saldos em 2024	Participação societária	Balanco patrimonial 2024					Resultado em 2024				
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Resultado Líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo						
CSA	80,00%	58.118	190.662	1.185.108	1.476.543	(423.979)	217.746	58.448	(94.252)	(166.117)	(201.921)

### 7.3 Informações da controlada

Controladora	2025				
	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Total de provisão para perda de investimento
CSA	97,24%	(362.471)	(486.060)	(456.045)	(352.176)
Controladora	2024				
	Participação societária	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial	Total de provisão para perda de investimento
CSA	80,00%	(423.979)	(201.921)	(161.537)	(338.887)

## 8 Impostos de renda e contribuição social correntes

### 8.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL	(456.513)	(456.513)	(162.279)	(162.279)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(114.128)	(41.086)	(40.570)	(14.605)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro</b>				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	114.011	41.044	40.384	14.538
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)			(11)	(13)
Outras adições permanentes	115	41	127	46
Outras exclusões	(8)	(3)	-	-
<b>IRPJ e CSLL correntes no resultado</b>				<b>13</b>

## 9 Passivo a descoberto

### 9.1 Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 952.269 (R\$ 173.883 em 31 de dezembro de 2024), e o capital totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 655.909 (R\$ 130.115 em 31 de dezembro 2024), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
	Equatorial S.A.	914.653.242
Equatorial Serviços	1	-
<b>Total</b>	<b>914.653.243</b>	<b>100%</b>

O aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 92.783, conforme descritivo abaixo:

- Em 23 de abril de 2025, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 16.000, mediante emissão de 6.808.511 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos) que foi aportado exclusivamente pela acionista controladora da Companhia, a Equatorial S.A. ("Equatorial"); e
- Em 13 de junho de 2025, conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 762.386, mediante emissão de 762.385.545 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real) que foi aportado exclusivamente pela acionista controladora da Companhia, a Equatorial S.A. ("Equatorial").

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 9.2 Reserva de capital

Esta reserva é constituída pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, bem como pela mudança na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 81.563 (R\$ 1.475 em 31 de dezembro de 2024).

### 9.3 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 926.365 (R\$ 469.852 em 31 de dezembro de 2024).

## 10 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Doações, Contribuições e Subvenções	(459)	(509)
Serviços de terceiros	(75)	(269)
Outros	(1)	(2)
<b>Total</b>	<b>(535)</b>	<b>(780)</b>

## 11 Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	72	40
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(3)	(2)
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>69</b>	<b>38</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	(2)	-
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(67)</b>	<b>38</b>

(a) O aumento nos rendimentos de aplicações financeiras em 2025 está relacionado a disponibilidade média de recursos para aplicação ao longo do exercício, quando comparada a 2024.

## 12 Instrumentos financeiros

### 12.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fornecedores, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando a remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 12.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir:

#### (a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	13	-	-	-
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	124	-	438	438
<b>Total do ativo</b>			<b>137</b>	<b>-</b>	<b>438</b>	<b>438</b>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	41	-	-	-
<b>Total do passivo</b>			<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 12.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da controladora da Companhia, Equatorial S.A., tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas

atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

### a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses.

### b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno.

### c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros em moeda nacional da Companhia.

## Equatorial Participações e Investimentos III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



A sensibilidade dos ativos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	124	141	145	150	137	124
<b>Impacto no resultado</b>				4	9	(4)	(9)
<b>Referência para ativos financeiros</b>		<b>Taxa projetada</b>	<b>Taxa em 2024</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%

Fonte: B3

### 12.4 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e, também, o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

\* \* \*

## **Diretoria Executiva**

Augusto Miranda da Paz Junior  
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado  
(Diretor)

José Ailton Rodrigues  
(Diretor)

Humberto Luis Queiroz Nogueira  
(Diretor)

José Silva Sobral Neto  
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira  
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,  
Normas e Relatórios Contábeis  
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA